

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 18.717.2014-70
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2013.
RESPONSÁVEL: Rivelino da Silva Mota - Prefeito
PROCURADOR: -
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria

ACÓRDÃO Nº 10.041/2016

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Aplicação de **Multa Sanção** ao Gestor. Aplicação de **Multa Sanção** ao Contador. **Abertura** de Processo Autônomo para verificar o pagamento da Dívida Fundada. **Notificação**. Autorização de Cobrança Judicial da Dívida. **Por maioria**, pela **não devolução** dos valores pagos a título de subsídio variável aos Secretários Municipais. **Arquivamento**.

1) **Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, pela emissão de **Acórdão**, pela aplicação de **multa sanção** ao Senhor **RIVELINO DA SILVA MOTA** – Prefeito à época, no montante de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), com fulcro no art. **89, inciso II**, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão da terceirização de mão-de-obra nas atividades finalísticas e acessórias da municipalidade, descrita no item 2.15 do relatório conclusivo de (fls. 211/227); **2)** Pela aplicação de **multa sanção** ao Senhor **MARCONDES BARROSO DE ARAÚJO** – Responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), com fulcro no art. **89, inciso II**, da Lei Complementar nº 38/93, em face das inconsistências na elaboração das demonstrações contábeis, conforme apontado nos itens 2.2, 2.3, 2.6, 2.9 e 2.10, do relatório conclusivo de (fls. 211/227); **3)** Pela **abertura** de Processo Autônomo para verificar o pagamento da dívida fundada do Processo TCE nº 18.717.2014-70

Pág. 1 de 2

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Ente, descrita à (fl. 218, do Volume I); **4)** Pela **notificação** do Responsável Senhor **RIVELINO DA SILVA MOTA** – Prefeito à época, acerca desta decisão, com fundamento no art. 48, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **5)** Autorizar a cobrança judicial da dívida caso não atendido a notificação, nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93.

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco . Acre, 13 de outubro de 2016.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Relator

Fui presente:

MARIO SERGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador do MPE/TCE/AC